



PLHIS
Plano Local de Habitação
de Interesse Social

Dona Emma





INTRODUÇÃO

O planejamento territorial urbano toma forma, no Brasil, a partir dos primeiros Planos Diretores Urbanos no fim do século XIX. Esse planejamento conforme a cidade, geralmente, somente em sua parcela urbana, deixando em segundo plano a área rural, onde se preservam as atividades do setor primário, como agricultura e pecuária. O termo Cidade, muito discutido no meio acadêmico, foi objeto de discussão em diversas ciências, das quais tomaremos como principais, para o nosso estudo, as abordagens arquitetônica/urbanística sociológica e jurídicas.

Quanto à abordagem arquitetônica, cidade pode ser considerada uma parcela do território em que a comunidade tenha princípios de configuração urbana semelhantes, definida por um limite territorial, preservando as características socioeconômicas parecidas. Tal conceito, amplamente difundido a partir da Revolução Industrial do século XVIII na Inglaterra, surgiu no modelo de se dividir a cidade em parcelas de território, a área de moradia e a área de trabalho, definindo, também, classes que estariam em áreas “melhores” ou “piores” do território urbano. Por exemplo, áreas próximas às atividades industriais seriam mais baratas e estariam destinadas às classes menos favorecidas, em virtude da poluição gerada pela maquinaria industrial. Em contraponto, as famílias mais abastadas localizavam-se mais distantes das indústrias em prol de uma qualidade de vida melhor.

Tal conceito, no entanto, com o início da comercialização mudou, afastando as indústrias do território urbano e, conseqüentemente, a população menos favorecida foi se distanciando do território, conformando as vilas de operários e a população mais abastada ficou na região central da cidade, o que conforma o início da metropolização, com cidades capitais e cidades-satélites. Tal configuração urbana também apontou para a criação de uma malha viária hierarquizada, partindo radialmente da capital para as demais cidades, conforme pode ser observado nas grandes cidades européias, em especial Paris.

Entretanto, essas cidades com as divisões de classes bem definidas conformam uma separação racial e social, de modo a definir espaços de servidos e espaços de servidores. Os espaços de servidos seriam as grandes capitais e os espaços de servidores as cidades-satélite ou, como conhecemos aqui no Brasil, as cidades-dormitório em que as pessoas se dirigem ao fim do dia para dormir e saem cedo do dia para trabalhar. Claro que essa configuração, no Brasil especialmente, conformou as favelas que se constituem espaços com menor infra-estrutura urbana, menor rede viária, falta de transporte





coletivo, falta de assistência médica e social, mas tal configuração se deu por semelhança às cidades européias que são a base da nossa colonização.

Por outro lado, as cidades constituíram-se, a partir do início do século XX, principalmente até a primeira guerra mundial, em um processo alavancado pela americanização. Quando se menciona a americanização, não está se falando do processo parecido com Nova York, que pode ser tida como a cidade mais européia dos Estados Unidos, mas sim às cidades mais suburbanas em que há um espraiamento das habitações radialmente em volta de um centro comercial e industrial. Esse processo, diferente das grandes cidades européias, encarece a infra-estrutura urbana, gerando um apelo grande do automóvel para o deslocamento e conforma os legítimos guetos urbanos em que próximo do centro se agrupam as classes menos favorecidas e as mais favorecidas deslocam-se em sentido contrário e sobrevivem as custas do veículo automotor.

Tais configurações urbanas, que apresentam a cidade como agrupadora de funções e com coerência e coesão foi mundialmente difundido e culminou em 1998 na Nova Carta de Atenas, criada pelo Conselho Europeu de Urbanistas – CEU – dando o conceito da cidade moderna como um “estabelecimento humano com um certo grau de coerência e coesão”.

Por outro lado, na questão legal, as cidades tomaram força, no Brasil, a partir do Código Civil de 1916 que em 1988 teve sua fundamentação maior na Constituição Federal. A Constituição difundiu, em seu artigo 5º que a moradia torna-se um direito fundamental da dignidade da pessoa humana e que, portanto, todos teriam direito a mesma. Entretanto, no artigo 182 e 183 da mesma Carta, foi definida a Política Urbana que abrange que a propriedade é um direito fundamental porém que toda a propriedade deve atender à sua função social e, a partir de 2001, com o Estatuto da Cidade (LF 10.257/2001) há a regulamentação de a propriedade atenderá sua função social se estiver atendendo aos preceitos no Plano Diretor do espaço a que estiver vinculada.

Além disso, a cidade torna-se um espaço definido com limites claros em legislação vigente em que as outras duas esferas governamentais definirão alguns fundamentos, sejam estaduais ou federal. Tais princípios da cidade serão definidos pela comunidade, de forma participativa, apresentando a coletividade em primeiro plano em prol do individual.

Por último e não menos importante, a **Carta Mundial do Direito à Cidade**, conquistada a partir dos Fórum Social das Américas – Quito – Julho 2004, Fórum Mundial Urbano – Barcelona – Setembro 2004, V Fórum Social Mundial – Porto Alegre – Janeiro 2005, finalizada em Maio de 2005, define em seus artigos I e II que a





cidade é um direito de todos e que a mesma “é um espaço coletivo culturalmente rico e diversificado que pertence a todos os seus habitantes”. Nesse momento adquire-se, também, a idéia de que a cidade é um direito coletivo e de que a mesma deve ser pensada por toda a população (comunidade) sem que haja prejuízo de participação de qualquer maneira porque aquele povo que estará subrogado à cidade deve ter seus interesses ouvidos e amparados pela legislação municipal.

A Carta Mundial do Direito à Cidade também define em seu artigo I que: *“O Direito a Cidade é definido como o usufruto eqüitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social; é um direito que confere legitimidade à ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente e inclui os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais Inclui também o direito a liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e à pluralidade ética, racial, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e a garantia da preservação e herança histórica e cultural.”* Aqui cabe mais uma reflexão que confunde-se com o Direito Urbanístico que é a idéia do Direito Difuso que apresenta a área cultural (patrimônio, imaterial ou material) como um Direito à Todos e de interesse de preservação. Mais uma vez apresenta também o coletivo, o participativo, a cidade “de todos” que deverá ser administrada por todos e planejada por todos, seja nos Planos Diretores ou nos Planos Setoriais.

Cidade, no Plano Setorial Habitacional, passa então a ser um território com uma coerência da comunidade em resolver os problemas habitacionais, abrigando todo o território municipal, instituído pela legislação vigente com seus marcos geográficos e territoriais.

No conceito da cidade, podemos destacar os seguintes itens como estratégias de trabalho para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS:

- Conhecer a situação habitacional do município;
- Criar uma relação com os demais programas sociais de Dona Emma;
- Estimular a participação dos diversos segmentos da sociedade;
- Promover metas, diretrizes de forma a permitir à comunidade moradia digna;
- Estabelecer diretrizes, metas e planos, priorizando a população cuja renda familiar é de até 03 (três) salários mínimos.





PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS:

O **Plano Local de Habitação de Interesse Social** é um instrumento de implementação do Sistema Nacional de Habitação – SNHIS, que tem como objetivo planejar as ações da Municipalidade referentes ao setor habitacional, de forma a garantir às populações de baixa renda, o acesso à moradia adequada e ao solo urbano regularizado, dotado de infra-estrutura básica.

O Plano Habitacional de Interesse Social, de acordo com a definição do Ministério das Cidades é o “**conjunto de objetivos e metas, diretrizes e instrumentos de ação e intervenção para o setor habitacional**”.

As diretrizes do Plano Habitacional de Interesse Social para a cidade de Dona Emma tiveram como suporte o manual de apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social, da Secretaria de Habitação Social – Ministério das Cidades, regulamentado pela **Resolução nº 9**, de 20 de junho de 2007, e **Resolução nº 13**, de outubro de 2007.

Em sua confecção, o Plano deverá incorporar os seguintes preceitos:

- Constituir requisito básico para adesão ao SNHIS/FNHIS;
- Implementar o SNHIS no âmbito local, de forma a articular/integrar as ações dos três níveis de governo, no setor da habitação de interesse social;
- Constituir instrumento de planejamento local no que se refere às ações do setor habitacional;
- Expressar o entendimento dos governos locais e dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social (Processo Participativo).

A elaboração do PMHIS, segundo orientação do Ministério das Cidades, prevê três etapas obrigatórias:

- **Etapas I** – Metodologia – trata-se de uma etapa estruturadora que deverá apresentar os procedimentos para elaboração do PLHIS, bem como indicar os mecanismos para obtenção de resultados, caracterizando-se como fase inicial e requisito básico para a elaboração das etapas posteriores;
- **Etapas II** – Diagnóstico do Setor Habitacional – é a etapa em que se realiza a análise do levantamento de dados e das informações técnicas obtidas, apresentando, entre outros assuntos, a quantificação, qualificação da oferta/necessidade habitacional;





- **Etapa III** – Estratégias de Ação – esta etapa é entendida como a etapa de elaboração do plano de ação que consiste na orientação do desenvolvimento de projetos habitacionais, alocação de recursos, revisão dos marcos regulatórios/legais, entre outros assuntos pertinentes à temática.





OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS

O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Dona Emma será baseado nos princípios da política habitacional que se resumem basicamente em:

- Direito à **moradia digna** e ao **solo urbano regularizado**, dotado de infraestrutura básica, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (artigo 6º);
- Direito à Gestão democrática e participativa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Orientar as ações do poder público e da iniciativa privada propiciando o acesso à moradia adequada, priorizando as famílias de menor renda, num processo integrado com as políticas de desenvolvimento urbano regional e demais políticas municipais;
- Definir procedimentos e ações de curto, médio e longo prazos (até 15 anos), que ampliem o acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, infra-estrutura, transporte, serviços, trabalho e lazer, respeitando as diretrizes de ordenamento e controle do uso e ocupação do solo, de preservação do ambiente natural e construído garantindo a participação da comunidade;
- Permitir acesso aos recursos públicos federais destinados à habitação de interesse social através da participação no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, e subsídios para as populações de baixa renda;
- Estimular a produção habitacional pela iniciativa privada para o atendimento das necessidades habitacionais do conjunto da população, priorizando a Habitação de Interesse Social - H.I.S. para o atendimento da demanda prioritária (**0 a 3 salários mínimos**) e redução do déficit municipal;
- Considerar o território do Município de Dona Emma em sua integralidade, contemplando **áreas urbanas** e **áreas rurais**, passíveis ou não de ocupação, inadequação ou especulação (imobiliária), sejam estas áreas propícias ou impróprias para utilização, respeitadas as restrições legais e ambientais estabelecidas.





ETAPAS DO PLANO

ETAPA I – METODOLOGIA

Esta é a fase em que se define como se dará a discussão e a pactuação com a sociedade de todas as etapas que compõem o PLHIS. Tem por finalidade estruturar as demais fases do Plano, demonstrando quais os procedimentos serão adotados em cada uma das etapas, definindo os participantes e atribuindo suas funções.

- Organização e coordenação dos trabalhos;
- Definição de atribuições e responsabilidades da equipe municipal;
- Definição e detalhamento do conteúdo do PMHIS;
- Estratégia de comunicação, mobilização e participação da população;
- Cronograma de atividades e procedimentos para a execução das etapas subsequentes;

ESTRUTURA

Coordenação e Organização dos Trabalhos

Prefeitura Municipal: Exma. Sra. Prefeita Edna Beltrame Gesser

Coordenação do PLHIS de Dona Emma:

Secretaria Municipal de Assistência Social – Secretaria Débora Petry;

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento – Secretario Gilberto Tassi.

Equipe Técnica de Consultoria Externa:

Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI.

Arquiteta da AMAVI- Fabiana Meuer

Assistente Social da AMAVI – Ivonete Sens

Técnicos Municipais do Grupo de Trabalho:

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento –Gilberto Tassi

Chefe de Gabinete – Janete Albano Pazetto

Auxiliar Administrativo – Henrich Schwarz

Secretária de Assistência Social –Débora Petry

Secretário de Educação –Ivo Adan

Secretário de Obras e Serviços Urbanos –Haroldo Schuememann

Chefe do Setor de Obras – Ademar Gonçalves

Secretário do Desenvolvimento Economico e Meio Ambiente - Mario Keske

Secretária de Saúde – Angela Aparecida de Camargo

Enfermeira responsável pelo PSF – Janice da Cunha



Prefeitura Municipal de Dona Emma



Agentes de Saúde: Alexandre Hoepers, Lorena Schwarz, Andressa Wancherd, Marcos Scussel, Elisiane da Silva, Alete Fatima Krammer, Vitor Debatin, Silvana Toretti, Iolanda de Souza.

ATIVIDADES PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DO PLHIS

As etapas deverão ter procedimentos minimamente relacionados para terem seu cumprimento participativo e eficaz, sejam eles na Etapa I, II, III ou IV.

Proposta para Etapa I- Metodologia

- Definição de todo o método de trabalho;
- E-laboração de um cronograma de trabalho;
- Seminário para apresentação da metodologia ao grupo funcional com objetivo de divulgar à elaboração do PLHIS, bem como receber as possíveis informações adicionais;
- Elaboração de texto para a divulgação das atividades do PLHIS;
- Divulgar o desenvolvimento do PLHIS na imprensa e site da Prefeitura Municipal de Dona Emma;
- Conclusão da etapa com redação final.

Proposta para Etapa II- Diagnóstico

- Estabelecer as atribuições aos grupos de trabalho bem como itens do diagnóstico a serem desenvolvidos e atualizados;
- Análise da legislação que interferem na elaboração do PLHIS: Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Leis municipais, Plano Diretor de Dona Emma e demais instrumentos de desenvolvimento urbano e produção habitacional com interface na política habitacional;
- Análise dos programas vigentes de produção habitacional, na regularização de áreas ocupadas e loteamentos irregulares e clandestinos;
- Elaboração do texto do diagnóstico;
- Realizar oficinas com a comunidade, com finalidade de oportunizar a participação e contribuição;

Conclusão da etapa com redação final dos Relatórios (diagnóstico e participação);

Audiência pública para apresentação do Diagnóstico do Setor Habitacional.





Proposta para Etapa III – Estratégias de Ação

- Apresentar o formato da etapa em seminário de âmbito público, podendo ser feito em conjunto com a reunião proposta na Etapa II-Diagnóstico.
- Reuniões sistemáticas para o desenvolvimento desta etapa com equipe de trabalho e consultores com a finalidade de chegar a um produto que resuma a idéia do PLHIS para ambos os grupos;
- Definir cronograma de trabalho da etapa principalmente dos serviços de consultoria contratados;
- Definir de forma clara objetivos, estratégias, metas e ações, indicadores e sistema de monitoramento para o seguimento das atividades propostas no PLHIS;
- Audiência publica para apresentação do produto final.

Proposta para Etapa IV – audiência pública:

- Organizar as estratégias de ação, programas habitacionais, zoneamento de usos e demais regramentos oriundos do setor habitacional;
- Encaminhar a audiência pública;





ETAPA II – DIAGNÓSTICO

O diagnóstico do PLHIS será desenvolvido de acordo a Etapa I – Metodologia, além de seguir o manual de apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social, da Secretaria de Habitação Social – Ministério das Cidades, também levando em consideração as estratégias de trabalho descritas no produto metodológico.

Para inicialização do produto da Etapa II – Diagnóstico, deve-se, anteriormente, definir os conceitos principais, em destaque, os conceitos de déficit habitacional e moradia inadequada, para que assim possam ser analisados os dados e informações técnicas existentes.

Outro aspecto importante para elaboração do diagnóstico é a utilização dos dados dos censos demográficos georreferenciados, assim, obtendo os índices e indicadores por região.

Diagnóstico

De acordo com o Manual de Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social, da Secretaria de Habitação Social – Ministério das Cidades deverão ser realizados levantamentos de dados e informações técnicas para atualização dos dados existentes sobre:

- ☐- Inserção regional e características do Município: área, população urbana e rural, inserção micro e macro regional, relação com os municípios ou estados vizinhos especialmente no que diz respeito à questão fundiária – principais atividades econômicas, das condições institucionais e normativas do setor habitacional.
- ☐- Atores sociais e suas capacidades: levantamento de informações sobre as formas de organização dos diversos grupos sociais que atuam no setor habitacional e sua capacidade de atuação.
- Necessidades habitacionais: caracterizar o contingente populacional que demanda investimentos habitacionais, considerando composição familiar, gênero, idade, nível de instrução, renda, composição do domicílio, déficit habitacional quantitativo e qualitativo, caracterização de assentamentos precários (favelas e afins), incluindo famílias coniventes e agregados, renda familiar e renda domiciliar, ocupação principal e secundária dos membros maiores de idade, grau de segurança das relações de trabalho e outras.
- Ofertas habitacionais: caracterizar a oferta de moradias e solo urbanizado, as condições de acesso às modalidades de intervenção e financiamento habitacional, identificar a oferta e disponibilidade do solo urbanizado para a população de baixa renda, especialmente no que se refere às Áreas Especiais de Interesse Social – ZEIS, as diferentes modalidades de construção ou reforma que contribuem para aumentar a oferta de habitações de interesse social; identificar a produção de moradias realizada pela própria população.





- Marcos regulatórios e legais: levantamento dos marcos regulatórios e legais existentes e daqueles que precisam ser modificados ou elaborados na perspectiva do direito à cidade e da garantia do acesso à moradia digna especialmente para a população de baixa renda, como Plano Diretor Participativo, normas de zoneamento, uso e ocupação do solo.
- Condições Institucionais e administrativas: capacidade de aplicação de recursos próprios para melhoria das condições habitacionais, identificação de recursos humanos tecnicamente qualificados e equipamentos para realização de serviços habitacionais de infra-estrutura urbana.
- Programa e ações: identificar os programas habitacionais financiados ou executados diretamente pelas administrações locais, pelos demais entes federativos ou por agências bilaterais, os benefícios já realizados e a previsão de atendimentos.
- Recursos para financiamento: identificar as fontes de recursos existentes e potenciais para financiamento do setor habitacional, os agentes envolvidos e as responsabilidades de cada um.
- Preparar processo de qualificação que dissemine o conhecimento da coleta de dados compreendida nessa etapa.

O Diagnóstico se baseará nos dados existentes, tais como:

- Site do Ministério das Cidades – Secretaria de Habitação: programas e ações do governo federal, indicadores, políticas públicas com participação e Déficit Habitacional no Brasil 2005;
- Plano Diretor de Dona Emma;
- Dados do IBGE, censo demográfico, base cadastral ano de 2000;
- Dados Fundação João Pinheiro;
- □Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil ano de 2000.

Análise do Diagnóstico

A análise do diagnóstico se dará entre a AMAVI e Comunidade com a finalidade de aprofundar o entendimento dos itens e definir os objetivos, usando mapas de geoprocessamento.

Essa análise, dentro das etapas do processo se dividirá em três fases:

- □Produção habitacional: inserção regional, necessidades habitacionais, oferta habitacional e programas;
- Gestão – Recursos institucionais, recursos financeiros e atores sociais;
- □Instrumentos – Marcos Regulatórios.

O objetivo é o de aprofundar os temas considerando os itens elencados pelo Ministério das Cidades, a saber:

- Produção Habitacional;
- Urbanização e Regularização Fundiária;





- Assentamentos precários em áreas de proteção ambiental;
- Mercado fundiário;
- Oferta habitacional;
- Vazios urbanos;
- Habitação Rural.

Diagnostico em Dona Emma

Características de Dona Emma

Dados Gerais

Fundação: Lei Estadual nº 826 em 17 de maio de 1962

Mesorregião: Vale do Itajaí

Microrregião: Rio do Sul

Municípios Limítrofes: José Boiteux, Presidente Getúlio, Rio do Oeste, Taió e Witmarsum

Colonização e Principais Etnias: Alemã, Italiana, Polonesa e Açoriana

Localização: 26° 59' 06,0" S - Latitude - 49° 43' 33,6" O - Longitude

Área: 181,018 km²

População: 3.583 hab. estimativa IBGE/2009

Eleitorado: 2.520 eleitores TRE-SC/2008

Densidade Demográfica: 19,0 hab./km²

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,795 PNUD/2002

Produto Interno Bruto (PIB): R\$ 36.123.618,00 IBGE/2007

PIB per capita: R\$ 10.498 IBGE/2007

Histórico De Dona Emma

Em 1919, iniciou-se a colonização da região onde hoje se localiza o município de Dona Emma, quando uma equipe de medição de terras, da Sociedade Colonizadora Hanseática alcançou um dos afluentes da margem direita do Rio Krauel, ainda sem denominação. Os componentes da equipe prestaram, então, uma homenagem à esposa do Diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, José Deeke, denominando-o de "RIO DONA EMMA", nome este que foi estendido a toda região banhada por este rio e seus afluentes.

Neste mesmo ano foram adquiridos os primeiros lotes de terras, pelas famílias Albert Koglin, Andreas Schwarz, Alfons Ax, Richard Lindner e outros, dando início a vinda de um grande número de imigrantes alemães ou filhos de alemães imigrantes das antigas colônias de Blumenau, Indaial e Timbó, imigrantes teuto-russos e imigrantes italianos.





Formaram-se pequenos núcleos em torno do comércio, escola e igreja da época, dando origem a um pequeno povoado no lugar onde se localiza a atual cidade de Dona Emma, que teve como sua primeira denominação oficial o nome de "Vila Konder". Em 26 de Janeiro de 1934, pelo Decreto Estadual nº 470, o povoado de Dona Emma foi elevado à categoria de Distrito com o nome de "Gustavo Richard", em homenagem ao Ex-Governador de Santa Catarina. Contudo, prevaleceu entre o povo a denominação original de "Dona Emma", quando em 17 de Maio de 1962, através da Lei Estadual nº 826, foi criado o Município, passando a denominar-se pela vontade popular, com o nome de "DONA EMMA".

O Município de Dona Emma, foi instalado em 15 de junho de 1962, através do Decreto SJ 07-06-62/1586, sendo nomeado Prefeito provisório o senhor Erich Kuehl.

Adotando-se o nome de Dona Emma, homenageou-se uma pessoa altamente benemerita. Emma Maria, nasceu em Blumenau a 7 de julho de 1885. Era filha de Carlos Rischbieter e Hedwiges Clasen. A 29 de agosto de 1904, quando tinha 19 anos, casou-se com o agrimensor José Deeke, funcionário da "Sociedade Colonizadora Hanseática" com sede em Hamônia (atual cidade de Ibirama), onde o Jovem casal estabeleceu residência. Junto ao esposo e aos cinco filhos, dona Emma exerceu verdadeiro apostolado no lar e na sociedade esmerando-se em transmitir as virtudes e valores que trouxera da casa paterna. Participava com dedicação das atividades benemerentes em favor de hospitais, escolas, igrejas, associações culturais e esportivas. Emma Maria Deeke, viúva desde 1931, faleceu em Blumenau aos 10 de abril de 1950.

Localização - Hidrografia - Relevo – Clima

O Município de Dona Emma está situado no Vale do Itajaí do Norte, pertence à microrregião do Alto Vale do Itajaí. Possui uma extensão territorial de 181,018km². Pertence à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI. A distância entre a cidade de Dona Emma e a capital Florianópolis é de 237 km via BR 282 e 257 km via BR 101. Limita-se ao Norte com Witmarsum e José Boiteux; ao Sul com Presidente Getúlio e Rio do Oeste; a Leste com Presidente Getúlio e a Oeste com Taió e Witmarsum. Juridicamente, pertence à recém formada Comarca de Presidente Getúlio.

O principal centro urbano do Município de Dona Emma situa-se a 390 metros acima do nível do mar, no Paralelo 26° 59' 11" Sul e o Meridiano 49° 43' 27" a Oeste de Greenwich, fazendo parte da Serra do Mar, região do Brasil onde ocorreu um intenso derramamento vulcânico há 250 milhões de anos atrás; em seu substrato rochoso é comum encontrarmos a ardósia, muito utilizada como piso decorativo, construção de muros, revestimento em estradas de terra e pavimentação em vias urbanas.





Originalmente o território de Dona Emma foi coberto por Mata Atlântica e por Mata de Araucária mas foram bastante devastadas durante o ciclo da madeira e atualmente está restrita a 1/4 da área total do município. A Mata Atlântica desenvolve-se sobre um substrato rochoso de ardósia, de fácil fratura, o que propiciou o aparecimento de penhascos onde, em alguns casos, existem magníficas cachoeiras.

O relevo é constituído de superfícies planas, suavemente onduladas e de planalto. Com referência ao sistema hidrográfico, o município de Dona Emma é banhado pela bacia do Rio Krauel cujo afluente principal é o Rio Dona Emma. Há ribeirões espalhados por todo município que desembocam nos dois rios citados. Este complexo hídrico pertence à bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu que abrange 15.000km². Essa grande bacia hidrográfica, formada por milhares de pequenos afluentes, lança suas águas no Oceano Atlântico na divisa dos municípios de Itajaí e Navegantes.

O clima predominante é o mesotérmico úmido com verão quente (Cfa), segundo a classificação de KOEPPEN, sem estação seca e com verões quentes. A temperatura média é de 18,3°C e a precipitação pluviométrica variam de 70 a 110 milímetros nos meses de abril a agosto e de 130 a 170 milímetros entre os meses de setembro a março. O município possui em torno de 200 km de estradas, interligando as várias localidades à sede e aos municípios vizinhos.

Educação Cultura E Lazer

O município de Dona Emma possui duas Bibliotecas municipais que estão localizadas um no Centro, e outra na comunidade de Caminho Pinhal e um Telecentro Comunitário que esta aberto diariamente para o uso da população.

A rede de ensino esta dividida em Estadual e Municipal.

Na Rede Estadual de Ensino temos 2 escolas. A Escola de Educação Básica Lindo Sardagna, no centro do município, possui 495 alunos divididos em 125 Alunos no Ensino Médio e 370 Alunos no Ensino Fundamental, e contem 39 professores. A Escola de educação Básica Professora maria Angelica Calazans, na comunidade de Caminho Pinhal possui 191 alunos, divididos em 42 alunos no Ensino Médio e 149 alunos no Ensino Fundamental, contem 20 professores.

A Rede Municipal de Ensino, esta dividida em 1 Escola de Ensino Fundamental, e 5 Centros de Educação Infantil. A Escola de Ensino Fundamental Professor Paul Richard Eltermann, localizada na Comunidade de Nova Esperança possui 62 alunos e 4 professores. Os Centros de Educação Infantil estão divididos na seguinte forma: Centro de Educação Infantil Menino Deus – Centro possui 86 alunos e 5 professores, Centro de





Educação Infantil Criança Feliz – Nova Esperança possui 46 alunos e 2 professores, Centro de Educação Infantil Monica – Caminho Pinhal com 33 alunos e 2 professores, Centro de Educação Infantil Daniela – Caminho do Morro com 5 alunos e 1 professora, Centro de Educação Infantil Elza Rizzieri (Creche do Centro) com 45 alunos e 5 professores. O índice de alfabetização do município é 91,7% segundo fontes do IBGE 2007.

A prefeitura ainda disponibiliza transporte para os Alunos que frequentam o Ceja, APAE, e o Ensino Superior em outros municípios.

Na área da cultura, o município de Dona Emma possui uma escola de dança, coral, e 1 associação de artesanato, 1 casa do imigrante. Na área do lazer temos o esporte que desenvolve um trabalho junto as crianças e adolescentes, com as escolinhas de futebol e outras atividades como campeonatos, torneio envolvendo jovens e adultos em diversas modalidades.

Saúde

Em relação a Saúde do município de Dona Emma contamos com 1 Unidade Integrada de Saúde no Centro do município, 1 Posto de Atendimento na comunidade de Nova Esperança e 1 Posto de Atendimento na Comunidade de Caminho Pinhal. Todos os serviços de internação hospitalar são realizados nos hospitais da região conveniados do SUS. A prefeitura mantém 3 consultorios dentários onde são atendidos a população em geral. A Unidade de Integrada de saúde possui uma Farmacia Básica que possui em média 170 medicamentos para o atendimento a população.

A Equipe da Unidade de Saúde é composta pelos seguintes profissionais: 1 Secretária Municipal da Saúde, 1 Chefe de Unidade Sanitária, 4 Médicos (2 Clínicos Gerais, 1 Pediatra, 1 Ginecologista), 1 Dentista, 1 Fisioterapeuta, 1 Psicóloga, 1 Enfermeira, 06 Técnicos em Enfermagem, 01 Auxiliar de Consultório Dentário, 09 Agente de Saúde, 01 Agente de Serviços Gerais, 01 Recepcionista, 04 Motoristas.

Mesalmente os funcionarios da saúde fazem os seguintes atendimentos em média.

- Realização de 697 consultas e atendimentos médico
- Realização do levantamento de pacientes que usam psicotrópico, e palestras nas comunidades pela psicóloga
- Realização de campanha de hipertensos em todas as comunidades do município
- Realização de 42 atendimentos de fisioterapia sem atendimento domiciliar
- Realização de 26 atendimentos a gestantes.
- Realizados 1053 exames laboratoriais
- Realizados 28 exames de Raio X





- Realizados 57 exames cardiogramas (ECG).
- Realizados 130 curativos diversos

As doenças apresentadas mais frequentemente pela população atendida na Unidade Integrada de saúde são: doenças cardíacas, respiratórias, hipertensão. Verminose, infecção urinária e depressão.

Economia De Dona Emma

O município de Dona Emma apresenta uma economia baseada no setor primário, caracterizando-se por uma tipografia acidental onde predominam as pequenas propriedades rurais (minifúndios), visto que 92,8% das propriedades possuem área de até 50 hectares, sendo que a produção agrícola destaca-se o fumo, milho, a mandioca, feijão, cebola e produção leiteira. Nos números da economia, o resultado do trabalho no campo. Na cidade, a agricultura, pecuária e os serviços relacionados que em 2007 já eram expressivos, cresceram em 2008. De 59% para 64% de um ano para outro.

A atividade industrial vem crescendo dentro da economia do município, destacando-se setor metal mecânico, o setor moveleiro setor de derivados de madeira, compreendendo o compensado naval, compensado moveleiro e maderite. A indústria surge como segundo VA (Valor Adicionado) do município, com índice de 27% em 2007 e de 21% em 2008. Os destaques do setor são a produção de madeira (15% - 2007 e 12% - 2008), eletricidade, gás e outras utilidades (7% - 2007 e 8% - 2008) e a fabricação de máquinas e equipamentos (1% - 2007 e 1% - 2008).

O comércio varejista representou 8% do VA em 2007 e 9% em 2008.

O setor de serviços é o que, mas cresceu nos últimos anos, destacando-se o ramo do vestuário com as fações de malhas. No setor de serviços, o índice é de 6% nos anos de 2007 e 2008, respectivamente. Aqui estão inclusos o serviço de telecomunicações (5% - 2007 e 5% - 2008) e o transporte terrestre (1% - 2007 e 1% - 2008).

Contabilizados os setores de expressão na economia do município, o VA total de 2007 foi de R\$ 16.464.907,34. Em 2008, o VA foi de R\$ 14.556.762,96.





ETAPA III – ESTRATÉGIAS DE AÇÃO:

Segundo conceito do Manual para elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social, o PLHIS deve conter o diagnóstico do setor habitacional e as estratégias de ação, que expressem o entendimento do governo municipal, dos setores técnicos envolvidos na produção habitacional e dos agentes sociais e, definam um plano de ação para enfrentar seus principais problemas, especialmente no que se refere à habitação de interesse social. As estratégias de ação deste Plano têm objetivo principal garantir moradia adequada a todas as famílias de baixa renda que necessitam.

Deverão ser analisados todos os problemas identificados na Etapa II Diagnóstico, e apontadas as estratégias de ação para os seguintes itens:

As diretrizes e objetivos

As diretrizes têm como orientação geral e específica que baseiam a elaboração do PLHIS, levando em consideração a Política Nacional de Habitação, as políticas habitacionais locais, o Plano Diretor Participativo, os eixos de desenvolvimento que impactem a questão habitacional e urbana e os princípios democráticos de participação social. Deverão ser considerados, ainda, demais planos setoriais locais, e os eixos de desenvolvimento previstos no Programa Nacional de Aceleração do Crescimento.

Objetivos como a expressão dos resultados que se pretende alcançar, ou seja, a situação deve ser modificada. Deve ser apresentado de modo conciso, evitando a generalidade, dando idéia do que se pretende de forma clara.

Programas e Ações

Programas como a articulação de um conjunto de ações, orçamentárias e não orçamentárias, integradas, necessárias e suficientes para enfrentar o problema e solucioná-lo ou enfrentar suas causas.

Ações como as operações das quais resultam um produto (bens ou serviços) ofertado à sociedade ou que contribuem para atender ao objetivo do programa.

Metas, recursos e fontes de financiamentos

Metas como a qualidade de produtos a ser ofertado por programa e ação em um determinado período de tempo, criando um resultado intermediário que contribui para o alcance dos objetivos.

Recursos e fontes de financiamento como meio para viabilização das metas estabelecidas levando-se em consideração os valores médios de investimento alocados em programas habitacionais nos anos anteriores e a porcentagem deste investimento em relação total do orçamento local. Deve ser considerado na composição dos





investimentos, além das obras, a elaboração dos projetos, a aquisição de terreno, a contratação de consultoria, o trabalho social, a revisão de legislação e outros itens.

Indicadores

Como instrumento capaz de medir o desempenho dos programas. Deve ser passível de aferição e coerente com o objetivo estabelecido, ser sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno. Permite, conforme o caso mensurar a eficácia, eficiência ou efetividade alcançada com a execução do programa.

Formas de Monitoramento

O monitoramento como uma atividade gerencial continua que se realiza durante o período de execução e operação dos programas e ações. O PMHIS-SG deverá prever a forma de monitoramento das fases dos programas e ações, identificando para cada uma o resultado obtido, o prazo, o responsável, a situação e as providências.

As estratégias de ação, em resumo, agruparão os problemas levantados na Etapa II – Diagnóstico sob a forma de formas de resolução em três itens principais, sejam eles:

- A – Objetivos e estratégias;
- B – Metas;
- C – Indicadores e Monitoramento.

a) Objetivos e Estratégias

Depois de analisados os dados da Etapa II – Diagnóstico, quando irão ser estabelecidos os eixos e necessidades da cidade de Dona Emma, serão consideradas as diretrizes de trabalho e desta forma serão gerados objetivos para a criação das estratégias e metas de ação do plano.

b) Metas

As metas do PLHIS de Dona Emma serão estabelecidas para um prazo de até 15 anos, contando a partir do ano de 2010, e tem como objetivo superar o déficit habitacional estimado através de ações e programas definidos nas estratégias.

c) Indicadores e Monitoramentos

Todos os itens elencados devem levar em consideração, metas, diretrizes e planejamento para os seguintes aspectos:

- Produção Habitacional;
- Urbanização e Regularização Fundiária;
- Assentamentos precários em áreas de proteção ambiental;
- Mercado fundiário;
- Oferta habitacional;
- Vazios urbanos;
- Habitação Rural.

